

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

RESERVADO



MESTRADO EM: ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POBREZA EM ÁFRICA SUBSARIANA
“O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE”

ABDUL ALMEIDA AFONSO DE BARROS

Orientação: Professor Doutor João Estêvão

Júri:

Presidente: Professor Doutor Paulo Trigo

Vogal: Professor Doutor Carlos Farinha

Lisboa, Julho de 2011

ÍNDICE

Introdução.....	9
1. Conceção da pobreza na perspectiva de privação de rendimento e do desenvolvimento humano.....	11
1.1. Antecedentes Históricos.....	11
1.2. Conceito da Pobreza: BM vs PNUD.....	11
1.3. Linha de Pobreza Absoluta vs Linha de Pobreza Relativa.....	12
2. Medição da Pobreza.....	13
2.1. Metodologias de Estimação de Linha da Pobreza.....	13
2.2. Linhas de Pobreza Internacional.....	14
2.3. Índices de Pobreza	15
2.3.1. Índice de Incidência da Pobreza.....	15
2.3.2. Índice de Intensidade da Pobreza.....	16
2.3.3. Índice de Severidade da Pobreza.....	16
2.4. Medidas de Pobreza das Capacidades Humanas.....	18
2.4.1 Índice de Pobreza Humana (IPH).....	18
2.2.2. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).....	21
3. Pobreza em São Tomé e Príncipe (STP).....	25
3.1. Contexto Socioeconómico.....	25
3.2. Considerações Gerais dos Estudos sobre Pobreza em STP.....	26
3.3. Análise de Pobreza Monetária em STP.....	27
3.4. Análise de Pobreza das Capacidades Humanas em STP.....	36
3.4.1. Índice de Pobreza Humana.....	36
3.4.2. Índice de Pobreza Multidimensional.....	40
3.5. Desigualdades de Rendimento.....	42
Conclusões.....	44
Anexos.....	45
Referências Bibliográficas.....	50

Siglas e Abreviaturas

BAD	- Banco Africano de Desenvolvimento
BM	- Banco Mundial
CNB	- Custo das Necessidades Básicas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
HC	- Incidência da Pobreza Multidimensional
ICVF	- Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias
IDS	- Inquérito Demográfico Sanitário
INE	- Instituto Nacional de Estatística
IOF	- Inquérito ao Orçamento Familiar
IP	- Intensidade da Pobreza
IPH	- Índice de Pobreza Humana
IPH-1	- Índice de Pobreza Humana para Países Subdesenvolvidos
IPH-2	- Índice de Pobreza Humana para Países Desenvolvidos
IPM	- Índice de Pobreza Multidimensional
NNM	- Necessidades Nutricionais Mínimas
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OPHI	- Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford
PAE	- Programa de Ajustamento Estrutural
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	- Paridade do Preço de Compra
PRGF	- Programa de Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza
QUIBB	- Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar
RDH	- Relatório de Desenvolvimento Humano
RM	- Rendimento Médio
STP	- São Tomé e Príncipe
RGPH	- Recenseamento Geral da População e da Habitação

Índice de Quadros

Quadro 1 – Percentagem da população em pobreza monetária (%), 1987-2001.....	27
Quadro 2 – Taxa de crescimento do PIB real vs taxa de crescimento da população (%).....	28
Quadro 3 - Distribuição da pobreza por região (%), 2001.....	29
Quadro 4 - Distribuição da pobreza por meio de residência (%), 2001.....	30
Quadro 5 - Distribuição da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar (%), 2001.....	31
Quadro 6 - Distribuição da pobreza por grupos socioeconómicos (%), 2001.....	32
Quadro 7 - Fontes de rendimentos dos agregados familiares por nível de pobreza (%), 2001.....	33
Quadro 8 -Distribuição de rendimento, por meio de residência (%), 2001.....	42

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Tamanho médio dos agregados familiares por grau de pobreza, 2001.....	31
Gráfico 2 - Estrutura da despesa por grupo de bens alimentares (%), 2001.....	34
Gráfico 3 - Estrutura da despesa total por nível de pobreza (%), 2001.....	35
Gráfico 4 - Comparação dos componentes do IPH (%), 2001 e 2008.....	36
Gráfico 5- Evolução do IPH em STP, por meio de residência (%), 2001 e 2005.....	37
Gráfico 6 – Evolução do IPH em STP (%), 2001-2008.....	37
Gráfico 7 - Incidência da pobreza humana, STP vs grupo de países africanos (%).....	38
Gráfico 8 - Comparação entre incidência da pobreza de rendimento e da pobreza humana, (%).....	39
Gráfico 9 -Incidência da pobreza por indicador do IPM, STP (%).....	40
Gráfico 10 – Incidência de pobreza multidimensional, STP vs grupo de países africanos (%).....	41
Gráfico 11 – Incidência da pobreza por dimensão do IPM, STP vs grupos de países africano (%).....	41

Resumo

O propósito desta dissertação é apresentar algumas discussões a volta do conceito teórico e metodológico da pobreza tanto na perspectiva de privação de rendimento como das capacidades para o desenvolvimento humano. E no âmbito destas abordagens da pobreza faremos uma análise da situação da pobreza em São Tomé e Príncipe, onde procuraremos caracterizar a pobreza em São Tomé e Príncipe e, sempre que possível comparando-a com a situação prevalecente nalguns países africanos subsarianos.

Keywords: linha da pobreza, pobreza absoluta, pobreza relativa, índice de pobreza humana, desigualdades de rendimento, índice de pobreza multidimensional

Abstract

The aim of this dissertation is to present some quarrels around of theoretical and methodological concept of the poverty in the perspective of income privation as of the capacities for the human development. Then we will make an analysis of the poverty situation in São Tomé and Príncipe, where we will look for to characterize the poverty in São Tomé and Príncipe and, whenever possible to compare it with the situation prevailing in some African countries.

Keywords: poverty line, absolute poverty, relative poverty, human poverty index, income inequalities, multidimensional poverty index

AGRADECIMENTOS

Quero aproveitar oportunidade para agradecer o meu orientador, Senhor Professor João Estêvão, pela sua disponibilidade e contribuição que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu colega David Jadssi pelas orientações e conselhos que me proporcionou em matéria de realização de pesquisas e concepção de projecto de dissertação.

Agradeço também a minha esposa Wilmam dos Santos, pela paciência e compreensão que teve durante estes 2,5 anos da minha ausência, bem como, aos meus filhos, por não poder acompanhar de perto a educação deles nos seus primeiros anos de vida.

Introdução

A pobreza é um fenómeno universal, com dimensões diferentes em cada país ou região e manifesta-se de várias formas. Ela é compreendida de maneira diferente por diferentes pessoas, para algumas pessoas significa falta de bem-estar material, para outras é não saber ler e escrever, não ter saúde, falta de liberdade, bem-estar espiritual, direitos civis, etc. A pobreza medida na perspectiva de rendimento (ou consumo) não é única forma de privação que as pessoas podem sofrer. As pessoas podem sofrer privações em vários aspectos da vida, mesmo quando possuem um adequado domínio sobre de recursos económicos, tais como: falta de educação, doença, vulnerabilidade, discriminação e exclusão social. Por isso, a pobreza deve ser visto como a privação das capacidades básicas, para quais, privação económica (medido por insuficiência de rendimento ou consumo) é um dos aspectos. A presente dissertação pretende estudar a pobreza tanto na perspectiva da privação de rendimento como das capacidades humanas, propostos pelo Banco Mundial (BM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), respectivamente. E de seguida analisaremos a problemática a pobreza em São Tomé e Príncipe (STP), tendo como fontes de informações o Estudo sobre o Perfil da Pobreza (2001) e os Relatórios de Desenvolvimento Humano em STP, publicado pelo escritório do PNUD em STP, bem como outros estudos e relatórios considerados fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Embora haja um entendimento quanto a necessidade urgente de reduzir a pobreza no mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia¹ e 1/4 é afectada pela pobreza humana², mas ainda não se encontrou um consenso quanto a sua definição e medição. A ideia de construir uma medida da pobreza que congregue num só índice todas as dimensões da pobreza humana parece-nos ser um exercício difícil de se realizar, visto que muitas dimensões da pobreza são difíceis de quantificar, se não impossível.

A dissertação está organizada em três grandes capítulos. No capítulo 1, na secção 1, começaremos com uma breve introdução dos primeiros estudos sobre a pobreza realizados por Charles Booth e Seebohm Rowntree em Londres e York,

¹ WDI, 2008:10

² RDH, 1997:3

respectivamente, nos séculos 19 e 20; de seguida apresentaremos o conceito de pobreza de rendimento e das capacidades humanas, propostos pelo Banco Mundial e pelo (PNUD), respectivamente, e por fim, desenvolveremos de forma muito sucinta os conceitos da linha de pobreza absoluta e relativa e as suas principais diferenças. No capítulo 2, estudaremos as medidas da pobreza monetária e das capacidades, onde na secção 1, explicaremos como é que as linhas da pobreza são calculadas através dos métodos das Necessidades Nutricionais Mínimas (NNM) e do Custo das Necessidades Básicas (CNB) e abordaremos algumas limitações que estão subjacentes ao cálculo da linha da pobreza; na secção 2, estudaremos os índices de pobreza desenvolvidos por Foster, Greer and Thorbecke, (1984)- *Índice de Incidência da Pobreza*, *Índice de Intensidade da Pobreza* e *Índice de Severidade da Pobreza* e apresentaremos algumas das suas principais limitações; na secção 3 e 4, estudaremos respectivamente as medidas da pobreza das capacidades, representado pelo Índice de Pobreza Humana (IPH), e pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e apresentaremos as suas principais limitações. No capítulo 3, na secção 1, com base nos dados produzidos pelo inquérito sobre as condições de vida das famílias em 2001, faremos uma leitura da situação do perfil da pobreza em São Tomé e Príncipe, onde analisaremos as principais características dos pobres, no que respeita, a sua distribuição geográfica, aos grupos socioeconómicos mais vulneráveis à pobreza, aos tamanhos dos agregados familiares, aos géneros dos chefes dos agregados familiares e como as suas despesas são repartidas em bens e serviços; e na secção seguinte analisaremos a situação da pobreza das capacidades humana em STP, comparando-a com a situação prevalente nalguns países africanos; de seguida, faremos uma breve análise dos níveis de desigualdades de rendimento existente no país. E por fim, as conclusões.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento define a pobreza não apenas em termos de falta de recursos materiais, mas também em termos de falta de acesso a oportunidades e serviços básicos. A pobreza é, portanto, um fenómeno multidimensional que afecta a vida das pessoas em termos de saúde, educação, habitação, alimentação, segurança, participação social, etc. A pobreza é, portanto, um fenómeno multidimensional que afecta a vida das pessoas em termos de saúde, educação, habitação, alimentação, segurança, participação social, etc.

¹ O Banco Mundial, 2001.

² Ibidem, 2001.

³ O Banco Mundial, 2001. A pobreza é, portanto, um fenómeno multidimensional que afecta a vida das pessoas em termos de saúde, educação, habitação, alimentação, segurança, participação social, etc. A pobreza é, portanto, um fenómeno multidimensional que afecta a vida das pessoas em termos de saúde, educação, habitação, alimentação, segurança, participação social, etc.

1. Concepção da pobreza na perspectiva de privação de rendimento e do desenvolvimento humano

1.1. Antecedentes Históricos

Embora a primeira tentativa de estimação do limiar da pobreza tenha sido desenvolvido por Charles Booth, no seu estudo sobre a pobreza em Londres, publicado em 1887, mas foi com a contribuição do trabalho do Seebohm Rowntree sobre a pobreza, em York (1901) que o termo, “*limiar da pobreza*”, passou a ser conhecido cientificamente, por ele ter conseguido estimar a despesa em bens alimentar e não alimentar necessários para a satisfação das necessidades básicas³.

1.2. Conceito da Pobreza: Banco Mundial (BM) vs Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

A pobreza é um fenómeno universal, com dimensões diferentes em cada país ou região, com diferentes interpretações por parte de quem procura estudá-la, variando entre conceitos económicos, sociológicos e ainda percepções individuais sobre o que é ser pobre. Dentre as várias definições da pobreza interessa-nos reter aqui duas definições, a definida pelo Banco Mundial e pelo PNUD. O Banco Mundial define a pobreza como insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar de um indivíduo ou de um agregado familiar⁴. Esta abordagem da pobreza é conhecida como, **privação das necessidades básicas**, inclui para além do consumo privado, o acesso aos bens e serviços públicos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento define a pobreza como privação das capacidades e oportunidades para uma vida digna, onde incorpora para além da dimensão monetária, outras dimensões fundamentais para vida das pessoas, por exemplo, a saúde, a educação, a liberdade, a dignidade, o respeito próprio e pelos outros, entre outras. Esta abordagem da pobreza foi proposto pelo Amartya Sen⁵ e

³ Kakwani, Nanak, 2003

⁴ RDM, 1990

⁵ Para Sen a pobreza é mais do que a privação de recursos económicos. É a privação das capacidades para funcionar na sociedade. Essas funções referem-se as coisas valiosas que uma pessoa pode ser ou fazer, tais como: ter uma vida longa e saudável, estar bem alimentada, adequadamente vestida e abrigada, e tomar parte da vida na comunidade.

introduzido no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1997. Ela surgiu como forma de superar e discutir as formas de perspectivar a pobreza baseada exclusivamente na privação das dimensões materiais ou económicas.

Depois de muitas críticas e debates a nível internacional (com destaque para os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD), o Banco Mundial alargou o conceito da pobreza baseado na privação das necessidades básicas, passando incluído outros aspectos também considerados vitais para vida humana, como: falta de liberdade política e de expressão, exclusão social, falta de poder, incapacidade para participar na vida quotidiana da sociedade, vulnerabilidades, entre outros⁶.

1.3. Linha da Pobreza Absoluta vs Linha da Pobreza Relativa

Na literatura existe duas linhas da pobreza. A linha de pobreza absoluta e a linha da pobreza relativa. A linha da pobreza absoluta é entendida como o nível de consumo ou rendimento considerado mínimo para assegurar a sobrevivência de um indivíduo ou do agregado familiar enquanto a linha da pobreza relativa é definida em relação a distribuição de rendimento ou consumo numa determinada sociedade sem que seja tomado em consideração as necessidades básicas⁷. A linha da pobreza absoluta mantém-se fixa ao longo dos anos, mesmo que o rendimento da toda a população aumente, mas como é expressa em termos nominais, muitas vezes é necessário ajustá-la aos efeitos das flutuações de preços no mercado ao passo que a linha de pobreza relativa muda em função das alterações do padrão de vida numa sociedade. Para os países da OCDE, a linha da pobreza relativa é estimada em cerca de 50% do rendimento médio, ou seja, os indivíduos ou agregados familiares com rendimentos inferiores a 50% do rendimento médio são considerados pobres em relação aos outros na mesma sociedade.

⁶ RDM, 2000/2001

⁷ Ravallion, 2010: 14; Houghton and Khandker, 2009: 24. O BM apresentou duas estimações da linha de pobreza absoluta para os países de baixo rendimentos, a linha de pobreza extrema corresponde a 275 dólares/ano (limite inferior) e de 370 dólares/ano, a preços de 1985 (limite superior).

2. Medição da Pobreza

2.1. Metodologias de Estimação da Linha da Pobreza

Há diferentes métodos para calcular a linha da pobreza, neste estudo, vamos apresentar os dois métodos de estimação da linha da pobreza mais utilizados: **Necessidades Nutricionais Mínimas (NNM)** e **Custo das Necessidades Básicas (CNB)**.

O cálculo da linha da pobreza baseado no método das Necessidades Nutricionais Mínimas consiste na determinação de custo para a aquisição de um cabaz de bens nutricionais básicos⁸, tradicionalmente consumidos pelos agregados familiares pobres⁹. O valor monetário obtido designa-se por linha de pobreza alimentar. Segundo este método, a linha de pobreza é vista como o mínimo de despesa necessária para a satisfação das necessidades calóricas diárias básicas de um indivíduo ou de um agregado familiar. Estas necessidades calóricas básicas são influenciadas pelos padrões sócio-económicos, culturais, género, preço, idade, etc. Isto significa que o valor do limiar da pobreza varia de país para país e ao longo do tempo, em função das alterações verificadas nestes elementos.

O método de Custo das Necessidades Básicas vai mais longe do que o método das Necessidades Nutricionais Mínimas, porque para além de bens alimentares, inclui outras necessidades básicas materiais e não matérias como, transporte, vestuário, habitação, saúde, educação e outros serviços essenciais fornecidos pelas Comunidades ou Estado aos agregados familiares, para que eles não caiam na pobreza¹⁰. Este cabaz de necessidades básicas contém produtos e serviços considerados mínimos para que uma pessoa possa viver, alimentar-se e satisfazer outras necessidades vitais. A linha da pobreza é obtida à partir da estimação do custo para a aquisição de um cabaz de consumo considerado adequado para satisfação das necessidades básicas. Neste método, a alimentação chega a ocupar 70% a 80% da composição do cabaz das famílias pobres.

As linhas de pobreza nacionais calculadas por qualquer um dos métodos exposto acima não captam as diferenças nas necessidades básicas existentes entre os países¹¹. As

⁸ Por convenção, as necessidades nutricionais mínimas individuais diárias foi estabelecida pela FAO-OMS, em cerca de 2.100 calorias, como necessidades calóricas básicas individuais/diárias.

⁹ Ravallion, 2010:8; Ravallion and Lokshin, 2003. 7

¹⁰ Ravallion, 2010: 10; Haughton and Khandker, 2009: 57

¹¹ Ravallion, 2010: 12 ; Haughton and Khandker, 2009: ; Ravallion and Lokshin, 2003: 10

necessidades calóricas como não calóricas variam de acordo com as preferenciais dos indivíduos, idade, sexo, níveis de actividades profissionais, de rendimentos, de preços, de condições geográficas e ao longo do tempo.

2.1.2. Linhas de Pobreza Internacional

De modo a permitir uma melhor comparação da pobreza no mundo, o Banco Mundial desenvolveu as linhas de pobreza internacional. As linhas da pobreza internacional foram estimadas com base no custo monetário dos cabazes de bens e serviços consumidos por pobres dos países subdesenvolvidos e desenvolvidos. De modo a corrigir a diferença de poder compra de dólar entre os países, o Banco Mundial utilizou as taxas de paridade de poder de compra para converter as linhas de pobreza nacionais em unidades de moeda norte-americana. A linha da pobreza internacional de 1 dólar por dia/pessoa correspondia a despesa média encontrada entre os países de rendimento baixo e a linha da pobreza de 2 dólares por dia/pessoa representava a despesa média encontrada nos países de rendimento médio. Também foram estimados linhas de pobreza para países de rendimentos elevados, no valor de 14 dólares diários por pessoa por dia (por exemplo, Estados Unidos da América, Dinamarca). A ideia fundamental das linhas da pobreza internacional é de que todos os indivíduos considerados pobres de acordo com o padrão de vida mínimo, gozariam de um nível de vida equivalente se estivessem a residir num outro país com um nível de padrão de vida semelhante.

As linhas da pobreza internacional foram criticadas por serem uma medida arbitrária e imposta do exterior, por não reflectirem as especificidades de cada país. Diferentes sociedades têm as suas próprias noções no que constitui o padrão de vida mínimo, por isso, *“elas não podem ou não devem ser imposta do exterior”*. Por exemplo, a utilização de 1 dólar por dia aplicado a todos os países de rendimento baixo, pode ou não ser suficiente para adquirir as necessidades consideradas mínimas num determinado país pobre¹².

Outra crítica refere-se a composição dos cabazes de bens que servem de base para o cálculo das linhas da pobreza internacional, certos bens e serviços que compõem os cabazes de 1 e 2 dólares por dia não fazem parte do consumo diário das muitas famílias

¹² FNUAP, 2002

pobres em muitos países ou fazem parte de bens de luxo, portanto, ao fixar um conjunto de bens arbitrariamente, considerados como fundamentais para a satisfação das necessidades básicas, podem não fazer parte do consumo diário de muitas famílias pobres¹³.

2.1.3. Índices de Pobreza

A partir da linha de pobreza, pode-se calcular três indicadores de síntese ou índices, que servem para medir a pobreza na população. Estas medidas da pobreza pertencem a classe dos índices de pobreza desenvolvidos pelo Foster, Greer and Thorbecke, (1984)¹⁴.

2.1.3.1. Índice de Incidência da Pobreza

O índice de incidência da pobreza (*poverty headcount index*) é a mais simples e popular medida da pobreza. Representa a proporção da população cujo rendimento ou consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza¹⁵. De acordo com este índice quanto mais baixo for a linha da pobreza, menor é a percentagem de pessoas pobres, visto que menor é a percentagem da população pobre. Este índice é adequado para a monitorização dos resultados alcançados no âmbito das políticas de redução da pobreza. Varia entre 0 e 1, o zero (0) representa a situação em que ninguém é pobre e um (1), todos são pobres.

Este índice tem sido muito criticado pela sua incapacidade de detectar a intensidade e a severidade da pobreza numa sociedade (não nos diz quão distante os pobres estão da linha da pobreza, nem como, estão distribuídos os rendimentos entre eles). Trata os pobres e muito pobres igualmente, e os pobres não são todos igualmente pobres, “algumas pessoas são mais pobres do que outras”. Se o Estado fizer transferências de subsídios para os indivíduos muito pobres, e mesmo assim, os seus rendimentos permanecerem abaixo da linha da pobreza, o índice de incidência da pobreza não mudará para reflectir estas melhorias de bem-estar, visto que os indivíduos já não são tão pobres como eram dantes.

¹³ Ravallion, 2008; Kakwani, 2003; Deaton, 2001:130

¹⁴ Foster, Greer and Thorbecke, 1984

¹⁵ Chen and Ravallion, 2008:14; Haughton and Khandker, 2009:68;

2.1.3.2. Índice de Intensidade da Pobreza

O índice de intensidade da pobreza (*poverty gap index*) mede a distância média que separa o rendimento dos pobres em relação à linha da pobreza, e é expresso em proporção dessa linha da pobreza¹⁶. “Diz-nos quão pobre estão os pobres”. Com esta medida é possível observar as mudanças nos rendimentos dos pobres (aproximação ou afastamento da linha da pobreza) enquanto o índice de incidência da pobreza permanece inalterado face a qualquer mudança nos rendimentos dos pobres, desde que não ultrapassa a linha da pobreza definida. Toma valores entre 0 e 1, o (0) zero representa a situação em que ninguém é pobre e 1 (um) é a situação extrema, “ninguém tem rendimento” – rendimento zero.

A semelhança do índice de incidência da pobreza, este índice é insensível a situação de desigualdades de rendimentos entre os pobres. Por exemplo, se uma transferência é feita duma pessoa muito abaixo da linha da pobreza para uma outra pessoa ligeiramente abaixo da linha de pobreza (desde que o rendimento deste não ultrapasse a linha da pobreza), o índice de intensidade de pobreza não mudará para reflectir esta diferença nos padrões de vida entre os pobres¹⁷.

2.1.3.3. Índice de Severidade da Pobreza

O índice de severidade da pobreza (*squared poverty gap index*) mede a desigualdade na distribuição de rendimentos entre os pobres¹⁸. Este índice não somente capta a distância que separa os rendimentos dos pobres da linha da pobreza (*gap da pobreza*), como também mede as desigualdades entre os pobres. Quanto mais distante os pobres estiverem da linha da pobreza e maior a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre eles, maior é o índice de severidade da pobreza. Por exemplo, se uma transferência for feita de uma pessoa ligeiramente abaixo da linha da pobreza para outra muito abaixo a linha da pobreza, o índice de severidade da pobreza irá diminuir, porque o fosso de padrões de vida entre os mais pobres e os ligeiramente pobres terá melhorado. Em contraste, tal transferência não afectaria o índice de incidência e de intensidade da

¹⁶ Idem:70

¹⁷ Haughton and Khandker, 2009: 69

¹⁸ Chen and Ravallion, 2008: 14; Haughton and Khandker, 2009: 71

pobreza. Este índice varia entre 0 e 1, o zero (0) corresponde a situação em que todos os indivíduos são pobres e 1 (um) quando só um tem todo rendimento e os outros não têm nada.

Os índices de intensidade e severidade da pobreza constituem um complemento ao índice de incidência da pobreza, porque permite-nos ter uma visão mais completa sobre a situação da pobreza numa dada sociedade. Por exemplo, pode haver o caso em que certo grupo de países têm elevadas taxas de incidência da pobreza, mas baixas taxas de intensidade e severidade da pobreza (quando elevado número de indivíduos pobres estão próximos da linha da pobreza, e um número reduzido está muito distante da linha da pobreza e a desigualdade entre eles é baixa), enquanto outro grupo apresenta baixas taxas de incidência da pobreza, mas com elevadas taxas de intensidade e severidade da pobreza (quando grande parte dos indivíduos estão muito abaixo da linha da pobreza e a desigualdade entre eles é elevada).

Os índices de pobreza apresentados acima podem ser calculados através da seguinte fórmula:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{G_i}{Z} \right)^{\alpha}$$
, onde G_i (gap da pobreza) é o desvio dos rendimentos *per capita* dos indivíduos em relação a linha da pobreza, é dado por: $G_i = \sum_{i=1}^N (Z - Y_i)$, ($Y_i < Z$), (com $G_i = 0$ quando $Y_i \geq Z$), Z é a linha da pobreza, Y_i é o rendimento ou consumo *per capita*, e N é o tamanho da população de um dado país ou região. O gap da pobreza (G_i), dá-nos o custo mínimo para eliminar a pobreza, uma vez que nos permite saber quanto que é preciso transferir aos pobres para tirá-los da pobreza. O alfa ($\alpha > 0$) é um parâmetro não negativo que mede a sensibilidade do índice à pobreza. Quando o alfa (α) é igual 0; 1 e 2, temos o índice de incidência da pobreza (P_0), o índice de intensidade da pobreza (P_1) e o índice de severidade da pobreza (P_2), respectivamente.

2.2. Medidas de Pobreza das Capacidades Humanas

2.2.1. Índice de Pobreza Humana (IPH)

O Índice de Pobreza Humana (IPH) introduzido no RDH de 1997 surge como uma alternativa para superar as formas de medir a pobreza baseado nas dimensões materiais ou económicas. Embora esta abordagem incorpore de alguma forma, a abordagem da pobreza assente no consumo ou rendimento, ela vai mais longe e considera a pobreza num sentido mais amplo - a concepção do desenvolvimento humano que incorpora outras dimensões da pobreza que as medidas de incidência do consumo e do rendimento não captam. Assim, o IPH é uma medida multidimensional da pobreza que olha o desenvolvimento humano numa perspectiva de privação das necessidades básicas essenciais para vida das pessoas. Esta visão alargada da pobreza põe em evidência as necessidades de políticas mais complexas que devem ser adoptadas pelos governos nacionais e instituições internacionais para combater a pobreza. Portanto, o Índice de Pobreza Humana vem assim demonstrar que a redução da pobreza não pode ser conseguido somente com a políticas que permitem aumentar os rendimentos das pessoas ou com base no crescimento económico. O valor do IPH indica a proporção de pessoas que na sua vida, é privada em pelo menos por uma das três dimensões consideradas essenciais para o desenvolvimento humano. Varia entre 0 a 100, quando está próximo de 0 reflecte baixo nível de pobreza humana, próximo de 100, significa que o país enfrenta elevado nível de privação humana.

O índice de pobreza humana desenvolvido pelo PNUD divide-se em Índice de Pobreza Humana para Países Subdesenvolvidos (IPH-1) e para os Países Desenvolvidos (IPH-2).

O Índice de Pobreza Humana para os Países Subdesenvolvidos (IPH-1) mede a privação quanto ao desenvolvimento humano nas seguintes dimensões: **longevidade, educação e padrão de vida**¹⁹.

- A primeira dimensão refere-se à **longevidade**: a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente jovem, representada no IPH pela percentagem de pessoas que se espera que morram antes dos 40 anos de idade;

¹⁹ RDH, 1997

- A segunda dimensão refere-se ao **nível de conhecimentos**: a exclusão do mundo de leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos analfabetos, (+ 15 anos);
- A terceira e última dimensão refere-se a **um nível de vida adequado**: em particular falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média ponderada de dois indicadores: a percentagem da população sem acesso a uma fonte de água melhorada e percentagem de crianças má nutridas menores de 5 anos.

O Índice de Pobreza Humana para os Países Desenvolvidos para além de medir a pobreza nas mesmas dimensões já apresentadas no IPH-1, mas adequado ao contexto dos países desenvolvidos, foi-lhe acrescido a dimensão **exclusão social**.

As dimensões e os indicadores contemplados no índice de pobreza humana para os países desenvolvidos são²⁰:

- **Uma vida longa e saudável** – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente jovem, medido pela probabilidade de não sobreviver até aos 60 anos de idade;
- **Nível de conhecimentos** – exclusão do mundo de leitura e das comunicações, medido pela percentagem de adultos (16-65 anos) que sofrem analfabetismo funcional;
- **Nível de vida digno** – medido pela percentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza (definido em 50% do rendimento disponível familiar médio ajustado);
- **Exclusão social** – medido pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

As principais críticas sobre o índice de pobreza humana apresentadas nas diversas literaturas sobre a pobreza são as seguintes:

1. O índice de pobreza humana tem sido criticado por não incluir outras dimensões consideradas vitais para vida humana, tais como: a falta de liberdade, de segurança pessoal, incapacidade para participar na vida da comunidade, ameaça

²⁰ RDH, 2007/2008:357

à sustentabilidade e equidade entre gerações, etc. Os defensores deste paradigma argumentam que a ampliação do número de dimensões e o número de indicadores utilizados para representar cada uma das dimensões não são fáceis de quantificar, e que as realizações das dimensões já incluídas no índice de pobreza humana contribuem para o alcance de outros aspectos da vida humana não mencionados no índice. Por exemplo, as medidas que contribuem para aumento e melhoria da educação, também tem impacto na redução das vulnerabilidades às doenças, contribuem para uma maior capacidade de expressão e participação nos assuntos da comunidade ou da sociedade;

2. O índice de pobreza humana por reflectir as privações na saúde, na educação e no padrão de vida em termos agregados, não nos permite conhecer a pobreza que diferentes grupos de pessoas enfrentam, somente nos dá a percentagem total da população de uma dada região ou país que sofrem de privações em pelo menos numa das três dimensões.
3. O índice de pobreza humana para os Países Subdesenvolvidos (IPH-1) foi criticado por omitir a dimensão monetária da pobreza e, que é um aspecto também importante tal como os outros considerados no IPH-1. Segundo os proponentes desta abordagem da pobreza, é que o rendimento privado pode não ser um indicador adequado para medir o bem-estar, quando também inclui serviços públicos essenciais. Por exemplo, o agregado familiar A tem um rendimento superior ao do agregado familiar B, mas este por sua vez, tem acesso grátis aos bens e serviços públicos ou são cobrados por uma taxa muito reduzida, portanto, é bem provável que o agregado familiar A seja considerado pobre e o B não ser. Outro argumento é de que os bens públicos já são pagos pelo rendimento nacional;

Metodologia de cálculo dos Índices de Pobreza Humana

O Índice de Pobreza Humana para os Países Subdesenvolvidos (IPH-1) é calculado da seguinte forma:

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha) \right]^{\frac{1}{\alpha}}$$

Onde:

$$\alpha \geq 0$$

P_1 - Probabilidade de não sobreviver até aos 40 anos;

P_2 - Percentagem de adultos analfabetos

P_3 - Média ponderada de população sem água potável e crianças com baixo peso menores de 5 anos.

A fórmula de cálculo do Índice de Pobreza Humana para os Países Desenvolvidos (IPH-2) é a seguinte:

$$IPH - 2 = \left[\frac{1}{4} (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha) \right]^{\frac{1}{\alpha}}$$

Onde:

$$\alpha \geq 0$$

P_1 - Probabilidade de não sobreviver até aos 60 anos;

P_2 - Percentagem de adultos que sofrem de analfabetismo funcional;

P_3 - Percentagem de população com rendimentos abaixo da linha da pobreza (avaliada em 50% do rendimento disponível familiar médio ajustado);

P_4 - Taxa de desemprego de longo prazo (igual ou maior a 12 meses).

Nota: O valor do alfa tem um impacto importante no valor do IPH. Se alfa é igual 1, IPH é a média das suas dimensões. Quanto maior o valor do alfa, maior é o peso atribuído a dimensão onde existe maior privação. No Relatório de Desenvolvimento Humano, 2007/2008, o PNUD definiu o alfa (α) = 3.

2.2.2. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Em Julho de 2010, a Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI), na Universidade de Oxford, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lançou uma nova medida internacional da pobreza - O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ²¹, como alternativa inovadora ao índice de pobreza humana. Este índice substitui o índice de pobreza humana, por reflectir as

²¹ A IPM foi criado pelos autores Alkire Sabina e Jame Foster (2007)

privações ainda mais amplas do desenvolvimento humano, por identificar os indivíduos, os agregados familiares, ou grupos maiores de pessoas que sofrem de privações sobrepostas (*incidência da pobreza*) e quantas privações enfrentam em média (*intensidade da pobreza*). O índice de pobreza multidimensional complementa as medidas de pobreza de rendimento por fazer um retrato mas amplo da pobreza do que uma simples medida de rendimento. Pode ser decomposto por indicador para mostrar que as dimensões da pobreza podem afectar de forma diferente os diferentes grupos de pessoas, etnias e sociedades. Permitindo assim as autoridades públicas ver onde se concentra a pobreza e que medidas devem adoptar para reduzi-la. A semelhança do IPH, o IPM também mede a pobreza nas três dimensões da vida humana já reflectidas no Índice de Desenvolvimento Humano - **educação, saúde e padrão de vida** – mensuráveis em de 10 indicadores ou privações (dos quais oito estão relacionados com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) considerados fundamentais para medir a pobreza no mundo em desenvolvimento. É uma medida de pobreza adequada aos países menos desenvolvidos, por medir as privações que os cidadãos desses países mais sofrem.

Este índice considera multidimensionalmente pobre os agregados familiares que enfrentam pelo menos 30% das privações, sendo 10 número total das privações²². A privação só num indicador os agregados familiares não são considerados pobres em termos multidimensional.

O índice de pobreza multidimensional é composto por seguintes dimensões, indicadores e critérios de privação:

Saúde

- Mortalidade infantil: *se alguma criança morreu no agregado familiar,*
- Nutrição: *se algum membro (adulto ou criança) do agregado familiar é má nutrido,*

²² Alkire Sabina e Santos Maria, 2010: 7

Educação

- Anos de escolaridade: *se nenhum membro do agregado familiar completou 5 anos de escolaridade,*
- Crianças em idade escolar: *se alguma criança em idade escolar não está matriculada,*

Padrão de vida

- Electricidade: *se o agregado familiar não tem acesso a electricidade,*
- Água potável: *se o agregado familiar não tem acesso à água potável ou têm que percorrer mais do que 30 minutos a pé para ir buscar a água,*
- Sanitário: *se não tem instalações sanitárias adequadas ou partilham as instalações sanitárias com outros agregados da comunidade,*
- Material de soalho: *se o soalho é de terra ou área*
- Combustíveis lenhosos: *se cozinha com lenha ou carvão,*
- Activos: *se possui no máximo um dos bens seguintes: rádio, televisor, telefone, bicicleta, motocicleta ou frigorífico e não ter carro ou tractor próprio.*

Tal como o índice de pobreza humana, o índice de pobreza multidimensional, embora contempla dimensões mais amplas, também deixa de fora muitas outras dimensões que afectam as capacidades das pessoas, tais como: desigualdades, liberdade política e social, segurança contra a violência, discriminação, condições de trabalho, entre outras. Por exemplo, as desigualdades no seio dos agregados familiares é um fenómeno grave que afecta muitos lares nos países subdesenvolvidos, mas este aspecto não está representado no IPM.

Metodologia de cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional

A cada pessoa é atribuída uma pontuação em função das privações do seu agregado familiar relativamente a cada um dos 10 indicadores componentes, (d). A pontuação máxima é 10, tendo todas as dimensões um peso igual, assim, a pontuação máxima em cada dimensão é 3,33. E cada indicador tem um peso igual dentro da sua dimensão. As dimensões da educação e da saúde têm dois indicadores cada, pelo que cada componente vale 1,67 (ou 1/16). A dimensão padrão de vida tem seis indicadores, pelo

que cada componente vale 0,56 (ou 1/18). É usado um ponto de separação, para distinguir os agregados familiares que são multidimensionalmente pobres dos que não são. Este ponto de separação é 3 (ou cerca de 30% de totais das privações). Se as privações totais de um determinado agregado familiar forem iguais ou superiores a 3, o agregado familiar é considerado multidimensionalmente pobre²³.

O valor do índice de pobreza multidimensional é obtido pelo produto de dois índices:

- Incidência da pobreza – percentagem de pessoas que são multidimensionalmente pobres, e
- Intensidade de pobreza - proporção média de privações que os pobres sofrem.

O índice de incidência da pobreza é dado por (H)²⁴:

$H = \frac{q}{n}$, onde (q) é o número de pessoas multidimensionalmente pobre e (n) é a população total.

A intensidade da pobreza é dada pela seguinte fórmula (A):

$A = \frac{\sum_1^q c}{q \cdot d}$, onde (c) é o número total de privações ponderadas que os pobres sofrem e (d) é o número total de indicadores (neste caso 10).

²³ RDH, 2010: 230

²⁴ RDH, 2010

3. Pobreza em São Tomé e Príncipe (STP)

3.1.Contexto Socioeconómico

S. Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, situado em pleno Equador, ao largo da costa africana. É constituído pelas ilhas de S.Tomé e do Príncipe, que distam 150 Km uma da outra, e por alguns pequenos ilhéus, somando uma superfície total de 1001 Km². A sua população é estimada actualmente em cerca de 160.000 habitantes. De acordo com a classificação do Banco Mundial, o país encontra-se entre países de desenvolvimento médio, com um PIB *per capita* que ronda os USD 1.416,00²⁵. É dependente de um único produto de exportação, o cacau, cuja produção tem vindo a cair ao longo de várias décadas (desde finais da década 70), situando actualmente em cerca de 2.500 toneladas. Nos primeiros dez anos da independência (1975-1985) o crescimento económico saldou-se por uma diminuição de 30% do PIB. De 1987, ano do início da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), até 1997 o crescimento resumiu-se a um valor médio anual na de ordem dos 1,2%, inferior a taxa de crescimento da população. Só a partir de 1998 a taxa de crescimento do PIB aumentou para 2,5%, tornando-se superior ao crescimento da população. A taxa de crescimento médio do PIB ronda actualmente a volta dos 4,5% ao ano.

A dívida externa atingiu aproximadamente 371 milhões de dólares americanos em 2005, o que correspondia cerca de 3 vezes do Produto Interno Bruto (PIB). Na sequência dos acordos com FMI e BM, no âmbito do Programa de Facilidades para o Crescimento e Redução da Pobreza (PRGF), em Março de 2007 o país conseguiu o perdão total da sua dívida multilateral. No que concerne as dívidas bilaterais com os credores membros do Clube de Paris foi também totalmente perdoada. E as dívidas bilaterais com os não membros do Clube Paris têm sido negociadas nos termos idênticos aos dos membros do Clube de Paris, inclusive as dívidas com Portugal e Itália já foram perdoadas.

²⁵ RDM, 2008

3.2. Considerações Gerais dos Estudos sobre Pobreza em São Tomé e Príncipe

Foi somente a partir dos finais dos anos 80 que se iniciaram alguns ensaios para a identificação e medição da pobreza em STP, tais como: Os Estudos sobre o "Limiar da pobreza" (1987 à 1990) e (1991 à 1994) ambos financiados pelo PNUD, e publicados respectivamente em Janeiro de 1991 e em Março de 1995. Nestes estudos foram utilizados o método do Custo das Necessidades Básicas (CNB) para estimar as linhas da pobreza nacional. As linhas da pobreza estimadas na altura foram de 334,6 e 366,1 dólares americanos para anos de 1990 e 1994, respectivamente.

Só em 2000, com apoio financeiro do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e assistência técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou-se o Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias (ICVF), o que permitiu definir o "Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe" (Novembro 2000 à Fevereiro 2001). Neste estudo, a linha da pobreza nacional foi obtida através do método dos Rendimentos Médios (RM)²⁶, tendo sido estimada duas linhas de pobreza: a linha da pobreza absoluta ("o limite superior") fixada em cerca de Dbs. 2.638.618/ano (cerca de USD 294/ano) e a linha da pobreza extrema²⁷ ("o limite inferior") foi estimada em cerca de Dbs 1.319.309/ano (cerca de USD 147/ano) O primeiro valor apenas cobria as despesas mínimas de uma refeição diária e algumas despesas não alimentares (vestuário, alojamento, combustível para confecção de alimentos..., etc), o segundo valor (a linha da pobreza extrema) cobria apenas despesas em bens alimentares. Este Estudo sobre o Perfil da pobreza permitiu caracterizar a natureza dos pobres no país, a sua distribuição geográfica e os diferentes grupos sócio-económicos, constituindo assim a única fonte oficial de informação e análise mais abrangente sobre a pobreza em STP²⁸. O mesmo estudo revelou que cerca de 53,8% da população santomense não têm rendimentos suficientes para adquirir um cabaz mínimo de bens básicos, e 15% encontram numa situação de extrema pobreza, isto é, não têm recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas alimentares.

²⁶ No método de rendimentos médios a linha da pobreza é obtida à partir da definição dos gastos médios real *per capita* dos habitantes de uma determinada região ou país.

²⁷ A extrema pobreza a incapacidade de uma pessoa ou família satisfazer as suas necessidades alimentares básicas, não conseguindo sequer acesso ao cabaz do limiar da pobreza alimentar.

²⁸ Relatório de ODM em STP, 2004; Estratégia de Redução da Pobreza em STP, 2002

Perante esta situação, numa clara manifestação da determinação em combater com firmeza a pobreza, o Governo, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, elaborou e aprovou a *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*, a qual prevê até 2015, a redução da incidência da pobreza de 53,8% para 17,7%, enquanto, a população em extrema pobreza passaria de 15,1 % para 4,9 %. Até então não se realizou outro estudo sobre o perfil da pobreza em São Tomé e Príncipe, portanto, não é possível verificar se estes objectivos estão ou não a ser cumpridos. Mas, neste momento está em curso os trabalhos sobre o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), inclusive os inquéritos já foram realizados e os dados estão a ser tratados, aguarda-se a publicação dos resultados que poderá ocorrer ainda este ano (2011). Este inquérito poderá fornecer informações para a actualização do perfil da pobreza em STP e permitir a concepção de melhores estratégias para lidar com a pobreza.

3.3. Análise da Pobreza Monetária em São Tomé e Príncipe

As questões de partida que se pretende dar respostas no presente trabalho, são as seguintes: Será que os meios de residência/regiões com maiores níveis de despesa *per capita* têm menor percentagem de pobre? Será que os meios de residência/regiões com maiores níveis de incidência de pobreza monetária apresentam índice de pobreza humana mais elevados?

Neste presente estudo assumiremos que a despesa é uma aproximação (proxy) de rendimento, visto que em STP o nível de poupança privada é muito baixa, e o acesso ao crédito é muito difícil, principalmente para população pobre.

Quadro 1 – Percentagem da população em pobreza monetária (%), 1987-2001

Indicadores	1987	1990	1992	1994	2001
Incidência da Pobreza	36	41	48	46	53.8
Pobreza Extrema	13	8	9	11	15.1

Fontes: Relatório de ODM em STP, 2004; Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

Quadro 2- Taxa de crescimento do PIB real vs taxa de crescimento da população, (%)

Indicador	1987	1987-1997	1998	1999	2000	2001
Taxa de Crescimento do PIB real (%)	-2,93	1,2	2,7	2,6	3	4
Indicador	1987	1991	1998	1999	2000	2001
Taxa de crescimento da população	nd	1,5	1,8	1,8	1,7	1,59

Fonte: INE-STP

Embora a economia cresceu moderadamente entre 1987 a 2001, e em média superior a taxa de crescimento da população, mas grande parte da população não beneficiou desse crescimento, visto que o nível da pobreza aumentou durante o mesmo período. O que aponta para sérios problemas de distribuição da riqueza nacional (o índice de Gini foi de 49% em 2001). Esta situação é apresentada no quadro nº 1 e 2, onde mostra que os níveis de redução da pobreza não acompanharam os níveis de crescimento económico em São Tomé e Príncipe. Assim, a pobreza de rendimento que rondava cerca de 36% da população em 1987 evoluiu negativamente, passando a afectar 53,8% da população em 2001 (cerca de 74.000 pessoas), e a pobreza extrema que em 1987 afectava 13% da população aumentou para 15% em 2001 (cerca de 20.000 pessoas²⁹). Esta constatação suscita um grande desafio para a política de redistribuição de rendimento em São Tomé e Príncipe.

Para que o crescimento económico se traduza em melhorias das condições de vida da população mais pobre, é preciso adoptar e implementar políticas capazes de criar oportunidades de rendimento e de crescimento para esta camada da população.

²⁹ INE- STP, números 2006- A população estimada no ano de 2001 foi de 137.599 habitantes



Quadro 3 - Distribuição da pobreza por região, 2001

Regiões	% da população	Despesa média <i>per capita anual</i> (Dbs)	Incidência da Pobreza (%)	Intensidade da Pobreza (%)	Severidade da Pobreza (%)	Extrema pobreza (%)
Região Norte	17,4	2.928.658	70,6	28,8	14,9	26,7
Região Sul	13,5	3.183.796	65,1	23,8	11,7	19,3
Região Centro	64,3	4.463.184	46,4	15,3	7,0	9,5
RAP	4,8	3.599.925	60,1	24,1	12,1	18,8
País	100	3.957.926	53,8	19,2	9,3	15,1

Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

A distribuição geográfica da pobreza em São Tomé e Príncipe mostra que a incidência da pobreza é maior nas regiões com menor nível de despesa média por pessoa, nomeadamente, nas Regiões Norte (70,6%), Sul (65,1%) e na Região Autónoma do Príncipe (60,1%), que constituem maioritariamente o mundo rural, com uma grande parte da sua população ocupada em actividades agrícolas, anteriormente especializadas na cultura de cacau. Em relação aos índices de intensidade da pobreza e de severidade da pobreza, as maiores taxas continuam a ser nestas regiões, o que significa que o rendimento da maior parte dos pobres destas regiões está muito abaixo da linha da pobreza, e os níveis de desigualdades de rendimentos entre eles são elevados em comparação com os da Região Centro. A Região Centro (constituído essencialmente por centros urbanos) é a região com maior nível de despesa por habitante, e apresenta menor taxa de incidência, intensidade e severidade da pobreza. Cerca de 46,4% da população desta região está abaixo do limiar da pobreza, a intensidade da pobreza é de 15,3% e a severidade da pobreza é de 7%.

A classificação das regiões em termos da pobreza extrema também segue a mesma ordem à da incidência da pobreza absoluta. A região Norte aparece no topo das classificações com cerca de 26,7% da população na extrema pobreza, na segunda e terceira posição estão, respectivamente, a Região Sul (19,3%) e a Região Autónoma do Príncipe (RAP) (18,8%) e no fim da classificação está a Região Centro com menor percentagem da população na extrema pobreza (9,5%).

Quadro 4 - Distribuição da pobreza por meio de residência, 2001

Meio residência	% da população	Despesa média <i>per</i> <i>capita</i> <i>anual</i> (Dbs)	Incidência da Pobreza (%)	Intensidade da Pobreza (%)	Severidade da Pobreza (%)	Extrema pobreza (%)
Zonas Urbanas	55,6	4.463.184	45,0	14,9	6,8	9,4
Zonas Rurais	44,4	2.928.658	64,8	24,6	12,4	22,0

Fonte: Perfil da Pobreza em STP, 2001

Ao compararmos os níveis da pobreza por meio de residência urbana e rural, verificamos que é realmente nas zonas rurais onde os níveis da pobreza são maiores nos três índices da pobreza apresentados em comparação com as zonas urbanas. Mas, é nas zonas urbanas onde se concentram maiores números de pobres do país, devido ao seu grande número de habitantes (cerca de 53,8% da população do país).

Em relação a extrema pobreza, verifica-se que este flagelo atinge cerca de 22% da população rural contra 9,4% da população da zona urbana.

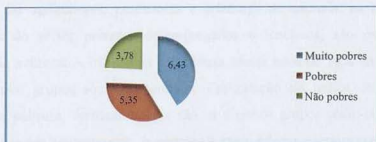
Quadro 5 - Distribuição da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar (%), 2001

Sexo de chefe de família	Despesa média per capita anual (Dbs)	Pobreza absoluta (%)	Intensidade da pobreza (%)	Severidade da pobreza (%)	Pobreza extrema (%)
Masculino	4.096.452	52,94	18,68	8,93	14,86
Feminino	3.673.768	55,67	20,42	10,12	15,55

Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

O quadro 8 mostra a estimativa da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar, constata-se que os agregados familiares chefiados por mulheres são mais afectados pela pobreza, do que os dirigidos por homens. Sendo em todo país, cerca de 55,67% dos agregados dirigidos por mulheres são afectados pela pobreza contra 52,94% dirigidos por homens, e 15,5% das mulheres chefes dos agregados familiares são extremamente pobres contra 14,86% dos homens. Grande parte das mulheres que chefiam os agregados familiares são mães solteiras e os seus rendimentos provêm essencialmente da agricultura ou do sector informal, isto é, não dispõem de um rendimento regular. O índice de intensidade e da severidade da pobreza também são maiores nos agregados chefiados por mulheres do que por homens, o que significa grande parte dos rendimentos dos agregados familiares pobres dirigidos por mulheres estão muito distante da linha da pobreza e níveis de desigualdades são maiores nestes grupos de população, em relação a sua contra-parte masculina.

Gráfico 1 - Tamanho médio dos agregados familiares por grau de pobreza (%), 2001



Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

Constata-se que o tamanho médio dos agregados familiares diminui à medida que se avança nos níveis de rendimento. O tamanho médio dos agregados familiares considerados muito pobres é de 6,43 pessoas contra 5,35 pessoas para agregados familiares pobres e 3,78 pessoas não pobres. O que explica que a pobreza afecta mais os agregados familiares mais numerosos. Este fenómeno está associado ao facto dos pobres verem os filhos como uma mão - de - obra adicional para os trabalhos no campo (agricultura).

Quadro 6 - Distribuição da pobreza por grupos socioeconómicos (%), 2001

Grupos sócio-económicos do chefe de família	Despesa média <i>per capita</i> (Dbs)	Pobreza absoluta (%)	Intensidade da pobreza (%)	Severidade da pobreza (%)	Extrema pobreza (%)
Trabalhadores do sector público	4.126.260	41,39	12,99	5,72	9,9
Trabalhadores do sector privado	4.029.981	55,15	18,44	8,39	16,5
Trabalhadores Independentes	4.673.101	43,98	13,52	5,70	17,6
Agricultores, pescadores, criadores de animais	3.284.902	68,02	29,06	15,48	20,3
Reformados	3.619.900	60,91	22,54	11,48	20,6
Desempregados e inactivos	3.865.437	53,34	19,17	9,33	15,1

Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

O quadro acima mostra a decomposição da pobreza, por vários grupos sócio - económicos. Os agricultores, pescadores e criadores de animais, os reformados, os trabalhadores do sector privado, desempregados e inactivos, são os grupos mais afectados pela pobreza. A incidência da pobreza afecta mais de 50% da população em cada um desses grupos sócio-económicos. Em relação ao índice de intensidade e severidade da pobreza, verificamos que são os mesmos grupos sócio-económicos que apresentam maiores percentagens. A pobreza é mais intensa e grave nos trabalhadores

agrícolas, pescadores e criadores de animais, sendo respectivamente de 29,06% e 15,48%, são indivíduos com baixo nível de rendimento e instrução, dedicam às actividades de subsistência, os seus rendimentos são invariáveis e unicamente dependente destas actividades. O mesmo também se verifica ao nível dos reformados com 22,54% e 11,48% correspondendo respectivamente à intensidade e severidade da pobreza, grande parte desses indivíduos eram funcionários públicos de baixo escalão e trabalhadores das antigas empresas agrícolas. Para os desempregados e inactivos foram de 19,17% e 9,33%, percentagens superiores aos dos trabalhadores do sector privado, embora este apresenta maior taxa incidência da pobreza. A extrema pobreza afecta mais, os reformados (20,6%), agricultores, pescadores, e criadores de animais (20,3%).

Quadro 7 - Fontes de rendimentos dos agregados familiares por nível de pobreza (%), 2001

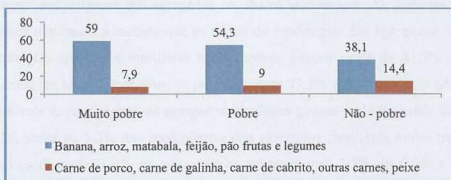
Fontes de rendimento	Muito pobre (%)	Pobre (%)	Não pobre (%)
Culturas de exportação	1,6	1,7	0,7
Culturas alimentares	13,7	7,7	4,3
Pesca, Pecuária, floresta	5,9	8,1	8,8
Empresas não agrícolas	21,2	28,6	29,4
Salários	43,1	44,6	45,8
Transferências	7,0	5,6	7,9
Outras fontes de receita	7,5	3,7	3,1
TOTAL	100	100	100

Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

O salário constitui a principal fonte de rendimento dos três grupos de agregados familiares, representa 43,1% do total dos rendimentos dos agregados familiares muito pobres, 44,6% dos pobres e 45,8% dos não pobres. A segunda fonte de rendimento provém de rendimentos das empresas não agrícolas, tal como nos salários, aumenta a medida que se avança nos níveis de rendimento dos agregados familiares. Os

rendimentos provenientes da agrícola têm um peso maior nos rendimentos dos agregados familiares mais pobres e pobres, do que os não pobres, correspondem cerca de 15,3% dos muito pobres, 9,4% dos pobres e 5% dos não pobres, o que demonstra que a dependência dos agregados familiares à agrícola é maior nos agregados mais pobres. Embora a pesca, a pecuária e a floresta são normalmente actividades económicas realizadas pelos agregados familiares mais pobres, mas segundo os dados retirados do estudo sobre perfil da pobreza de 2001, estas actividades têm um peso maior nos rendimentos dos agregados familiares não pobres do que os pobres e muito pobres, esta situação está relacionada com o facto dos pobres e muito pobres muitas vezes não serem proprietários dos negócios que gerem. Os rendimentos provenientes das transferências são maiores nos agregados familiares não pobres (7,9%) e muito pobres (7%), em comparação com os agregados familiares pobres, quanto ao primeiro caso, pode estar associado ao facto de grande parte das famílias não pobres receberem remessas dos seus familiares que se encontram no estrangeiro, e em relação ao segundo, resulta de uma maior preocupação do Estado para com os agregados familiares extremamente pobres. Quanto as outras fontes de rendimento representam cerca de 7,5% dos rendimentos dos muito pobres, 3,7% dos pobres e 3,1% dos não pobres.

Gráfico 2 - Estrutura da despesa por grupo de bens alimentares (%), 2001

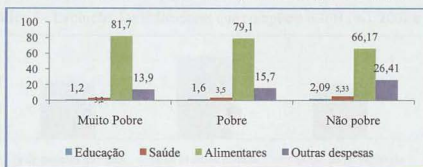


Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

A dieta básica alimentar da população de São Tomé e Príncipe é constituída principalmente por banana, arroz, matabala, feijão, verduras, pão, carne e peixe. Os agregados familiares muito pobres e pobres gastam mais de 50% dos seus rendimentos em bens alimentares de origem agrícola enquanto os agregados familiares não pobres gastam cerca de 38,1% dos seus rendimentos. Os agregados familiares não pobres

gastam cerca de 14,4% dos seus rendimentos em bens alimentares de origem animal ao passo que os agregados familiares pobres e muito pobres gastam respectivamente, 9% e 7,9% dos seus rendimentos. O que demonstra baixo consumo de proteína animal por parte dos agregados familiares muito pobres e pobres, o que pode ser explicado pelo facto dos preços desses bens serem mais elevados do que os de bens agrícolas. Mas no final, são os agregados familiares muito pobres e pobres que gastam mais em alimentação do que os não pobres.

Gráfico 3 - Estrutura da despesa total por nível de pobreza (%), 2001



Fonte: Perfil da Pobreza em STP, PNUD, 2001

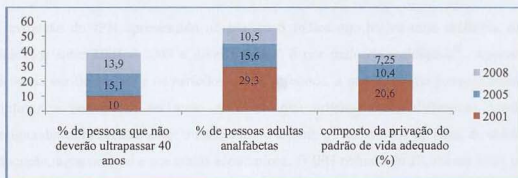
Seja qual for o nível da pobreza, os gastos com a alimentação representam o maior componente das despesas dos agregados familiares santomense. As despesas em bens alimentares diminuem à medida que os níveis de rendimento dos agregados familiares aumentam. Os agregados familiares muito pobres gastam cerca de 81,7% dos seus rendimentos em bens alimentares, os pobres gastam 79,1% e os não pobres 66,1%. Em todos os níveis de rendimento, os agregados familiares gastam mais em saúde do que em educação, cerca de 3,2% dos rendimentos dos agregados familiares muito pobres são gasto em saúde contra 1,2% em educação, os pobres gastam 3,5% em saúde e 1,6% em educação, e os não pobres dedicam 5,33% dos seus rendimentos em despesa com saúde e 2,09% em educação. Portanto, os agregados familiares muito pobres dedicam cerca de 86% dos seus rendimentos, os pobres 84,2% e não pobres 73,5% para a satisfação das necessidades básicas. Outras despesas representam 26,41% dos rendimentos dos não pobres, 15,7% dos pobres e 13,9% dos muito pobres.

3.4. Análise de Pobreza das Capacidades Humanas

3.4.1. Índice de Pobreza Humana

Embora o rendimento ou consumo seja uma medida fundamental da pobreza, mas precisa ser complementado com outras medidas mais amplas, capazes de medir outros aspectos das privações da vida humana. Nesta e na próxima secção analisaremos a situação da pobreza das capacidades humanas em São Tomé e Príncipe medido pelo índice de pobreza humana e pelo índice de pobreza multidimensional.

Gráfico 4 - Evolução dos indicadores que compõem o IPH (%), 2001 a 2008



Fontes: INE-STP, Inquérito Demográfico Sanitário, 2008-2009; PNUD em STP, RDH em STP, 2008; INE-STP, QUIBB- 2005; PNUD em STP, RDH em STP, 2002; PNUD em STP; INE-STP, RGPH, 2001

São Tomé e Príncipe melhorou nos indicadores de padrão de vida e no analfabetismo, entre 2001 a 2008, com excepção da percentagem de pessoas que se espera que morram antes de 40 anos, este indicador aumentou de 10% para 13% de população, tendo atingido 15% da população em 2001. Em 2008 7,25% de pessoas eram pobres em termos do nível de padrão de vida básico enquanto em 2001 esta percentagem era de 20,6% (a percentagem de população sem acesso à água potável e percentagem de crianças má nutridas menores de 5 anos reduziram respectivamente 20,1 e 6,6 pontos percentuais) -ver quadro 1 em anexo. A percentagem de população analfabeta diminuiu de 29,3% em 2001 para 10,5% em 2008.

Gráfico 5 – Evolução do Índice de Pobreza Humana (%), 2001 e 2005

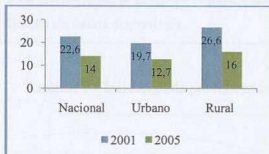
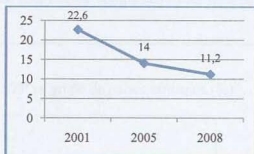


Gráfico 6 – Evolução do Índice de Pobreza Humana (%), 2001-2008



Fonte: Autor – os índices de pobreza humana foram calculados com base nos dados extraídos das seguintes documentos: INE-STP, IDS, 2008-2009; PNUD, RDH, 2009; PNUD em STP, RDH em STP, 2008; INE - STP, QUIBB- 2005; PNUD em STP, RDH em STP, 2002; INE-STP, RGPH, 2001

A evolução do IPH apresentado no gráfico 5 indica que houve uma melhoria deste indicador entre 2001 - 2005 a nível nacional e por meio de residência³⁰. Apesar da melhoria verificada entre os períodos acima referidos, a incidência da pobreza humana continua a ser maior no meio rural do que urbano. Estas diferenças revelam desigualdades existentes entre o meio rural e urbano no acesso aos serviços de saúde, à educação, água potável e aos meios económicos. O IPH reduziu de 22,6% em 2001 para 11,2% em 2008 a nível nacional, o que corresponde uma redução de 8,6 pontos percentuais (gráfico 6), confirmando assim os resultados apresentados ao nível dos indicadores que compõem o índice de pobreza humana apresentado no gráfico 4. Isto significa que houve uma redução das privações básicas na vida das pessoas em São Tomé e Príncipe. Estes resultados reflectem a importância dos investimentos feitos em capital humano, em particular no sector da educação e saúde pelos governos, e em parte à atenção que alguns organismos internacionais vêm dando na melhoria das condições sociais da população mais desfavorecidas.

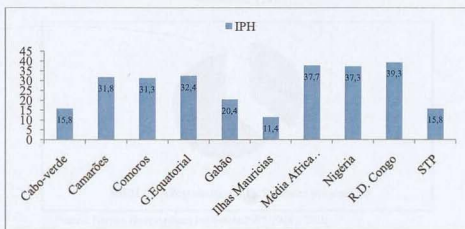
Para uma melhor avaliação dos resultados alcançados a nível da pobreza humana em São Tomé e Príncipe, decidimos fazer o *benchmark* com alguns de países africanos, com os quais São Tomé e Príncipe pode ser comparado, seleccionamos: (1) alguns países vizinhos (Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, e República Democrática do Congo), (2) um grupo de países insulares africanos (Cabo Verde, Comores, Ilhas

³⁰ Para a estimação do índice de pobreza humana por meio de residência rural e urbano apresentados no gráfico 5, por falta de dados a este nível, assumimos como pressuposto que a percentagem de pessoas que se espera que morram antes de 40 anos de idade (no ano de 2001 e 2005) e a percentagem de crianças má nutridas menores de 5 anos (no ano de 2001) foram iguais aos valores verificados a nível nacional nos respectivos anos.



Maurícias e Seycheles), (3) e a média dos países de África Subsariana, uma vez que STP faz parte deste grupo dos países africanos. Esta análise comparativa será feita em função de dados disponíveis.

Gráfico 7 - Incidência da pobreza humana, STP vs grupo de países africanos (%)



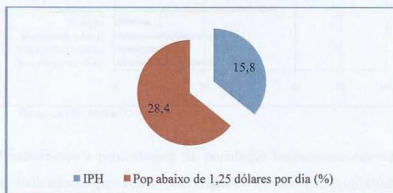
Fonte: RDH, 2007/2008

Os dados retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/2008 indicam que em termos de pobreza humana, STP apresenta percentagem inferior aos dos países africanos vizinhos, inclusive a da média dos países de África Subsariana. O país encontra-se também a frente de países africanos como, Botswana, Namíbia, África de Sul em termos do IPH, países com PIB *per capita* 3 a 4 vezes superior ao de STP (ver quadro 3 em anexo), estes resultados vêm reforçar os argumentos segundo os quais os aumentos da riqueza não garantem automaticamente o acesso as melhores condições de vida, é preciso adoptar políticas públicas capazes de transformar o crescimento económico na melhoria das capacidades das pessoas, para que elas possam aproveitar os benefícios deste crescimento económico. Em relação aos pequenos países insulares, STP ostenta índice de pobreza humana semelhante ao de Cabo-Verde, superior ao das Ilhas Maurícias e inferior aos de Comores.

Embora Nigéria, Gabão e Guiné Equatorial têm pouco em comum com São Tomé e Príncipe, a não ser a proximidade geográfica, mas é um exemplo prático de que mesmo com os recursos de petróleo não conseguiram criar oportunidades para a melhoria das capacidades de vida das suas populações, e numa altura em que se perspectiva explorar

o ouro negro em São Tomé e Príncipe, se não houver políticas bem direccionadas para o desenvolvimento humano a pobreza humana poderá aumentar mesmo com os recursos petrolíferos.

Gráfico 8 – Comparação entre a incidência da pobreza de rendimento e da pobreza humana, (%)



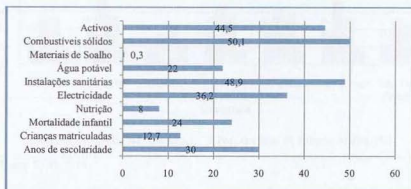
Fontes: Human Development Indicators 2007/2008 e 2010

O gráfico acima representa a comparação entre a incidência da pobreza monetária (utilizando a linha de pobreza internacional de 1,25 dólares por dia) e o índice de pobreza humana em STP³¹. Verifica-se que a percentagem de pessoas em pobreza monetária é superior a percentagem de pessoas em pobreza humana. O facto de a incidência da pobreza pela abordagem de bem-estar económico ser mais elevada, vem reforçar os argumentos segundo os quais os aumentos na riqueza não produzem automaticamente melhorias nas necessidades básicas consideradas essenciais para um padrão de vida digno.

³¹ Os dados foram retirados do RDH, 2007/2008 e 2010

3.4.2. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

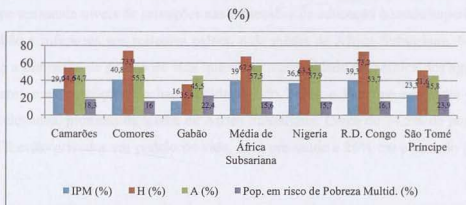
Gráfico 9 - Incidência da pobreza por indicador do IPM, STP (%)



Fonte: OPHI - Oxford University

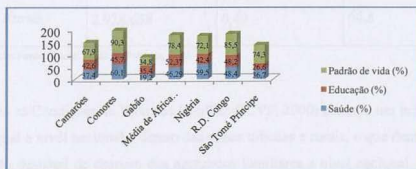
O gráfico 9 mostra-nos a percentagem de população santomense que são pobres em cada um dos indicadores que constituem o índice de pobreza multidimensional. Nos indicadores que compõem a dimensão padrão de vida, estima-se que 50,1% de população santomense vivem nos agregados familiares que utilizam combustíveis lenhosos para confeccionar alimentos, 48,9% nos agregados familiares que não têm instalações sanitárias, 44,5% que não possuem meios de transportes próprios ou/e não possuem um dos bens seguintes: *rádio, televisor, telefone, bicicleta, motocicleta ou frigorífico*, 36,2% vivem nos agregados familiares que não têm electricidade em casa, 22% que não têm acesso a água potável e somente 0,3% vivem em casa com soalho de areia ou terra. Em relação aos indicadores que constituem as dimensões educação e saúde, 30% de pessoas vivem nos agregados familiares que não têm no mínimo 5 anos de escolaridade e 12% em agregados familiares que têm pelo menos uma criança em idade escolar que não está matriculada, 24% em agregado familiar que tem pelo menos um membro subnutrido e 8% vivem no agregado familiar que sofreu uma morte infantil.

Gráfico 10 – Incidência de pobreza multidimensional, STP vs grupo de países africanos



O gráfico 10 mostra que o índice de pobreza multidimensional em São Tomé e Príncipe é de 23,3%, a incidência da pobreza multidimensional afecta 51,6% de população (cerca de 71 mil pessoas) e em média os pobres estão privados em cerca de 45,8% dos indicadores ponderados (ou seja 4,58 indicadores dos 10 indicadores que compõem o IPM). Apesar de São Tomé e Príncipe apresentar uma elevada taxa de incidência de pobreza multidimensional (51,6%), ainda assim, ela é inferior ao que se verifica noutros países africanos, com excepção do Gabão (35,4%). A situação parece preocupante quanto à percentagem de pessoas em risco de pobreza multidimensional, neste indicador São Tomé e Príncipe apresenta percentagem superior aos dos países em estudo, inclusive da média de África Subsariana. Se medidas urgentes não forem tomadas, STP poderá vir a ter uma das maiores taxas de pobreza multidimensional.

Gráfico 11 – Incidência da pobreza por dimensão do IPM, STP vs grupos de países africano (%)



A Análise do índice de pobreza multidimensional por dimensão mostra que São Tomé e Príncipe apresenta níveis de privações nas dimensões de educação e saúde superiores ao de Gabão e inferiores aos restantes países, e da média de África Subsariana. Mas, em relação a dimensão de padrão de vida que mede a capacidade económica dos agregados familiares e as condições de habitabilidade, São Tomé e Príncipe apresenta valores muito elevados, próximo da média de África Subsariana. Cerca de 74,5% de população em STP estão privados em padrão de vida, 36% em saúde e 26% em educação (gráfico 11).

3.5. Desigualdades de Rendimento

Existem diversas medidas de desigualdades de rendimento (ou de consumo), neste trabalho apenas vamos apresentar a mais popular medida de desigualdade de rendimento, que é o Índice de Gini. O índice de Gini é um indicador que mede as desigualdades de rendimento entre indivíduos ou famílias a partir de uma distribuição equitativa. Toma valores entre 0 e 100%, valor 0 reflecte uma situação de perfeita igualdade, e o 100% reflecte uma situação de perfeita desigualdade³².

Quadro 8 - Distribuição de rendimento, por meio de residência (%), 2001

Meio de residência	Despesa média <i>per capita</i> , (Dbs)	Índice de Gini	Incidência da Pobreza (%)
Nacional	3.957.926	0,49	53,8
Zonas Urbanas	4.463.184	0,49	45
Zonas Rurais	2.928.658	0,49	64,8

Fonte: Perfil da Pobreza, 2001

O Inquérito as Condições de Vida das Famílias (ICVF, 2000) estimou um índice de Gini de 49% igual a nível nacional e dentro das zonas urbanas e rurais, o que demonstra uma distribuição desigual de despesa dos agregados familiares a nível nacional, e por meio de meio de residência. Este elevado índice de desigualdade revela a necessidade de

³² Haughton and Khandker, 2009: 104;

melhorar a distribuição de rendimentos a favor dos mais pobres. O facto das taxas de incidência da pobreza de rendimento serem superiores nas zonas rurais em comparação com as zonas urbanas e os níveis de desigualdades de rendimento, medido pelo índice de Gini serem igual nestas zonas (0,49), indica que não há uma relação de causa efeito entre o crescimento económico e redução de desigualdades de rendimento, ou seja, pelo facto de crescimento económico nas zonas urbanas serem superiores ao das zonas rurais, este crescimento não tem contribuído para a redução dos níveis de desigualdade de rendimento nas zonas urbanas.

Do ponto de vista da pobreza medida na perspectiva da privação de rendimento, é das comunidades rurais que decorre a maior incidência relativa e global de pobreza, devido ao facto das regiões das zonas rurais disporem por vezes de um menor crescimento da população pobre. A pobreza global tende a ser superior ligeiramente quando se medem os que se não conseguem manter. O mesmo se dá com a pobreza da população global no sentido de estar ao nível do rendimento.

Apresentamos São Tomé e Príncipe em dois mapas, primeiro em comparação com outros de países africanos, onde se verificam as maiores incidências relativas de pobreza humana, índice de pobreza humana, índice de pobreza multidimensional, mas a análise dos mapas demonstram melhor que o IPI representa situações diferentes, alguns indicadores por exemplo, não consideram que se trata de uma das IPIs.

Do ponto de vista da pobreza medida na perspectiva da privação da pobreza humana, o país está entre os países africanos e nível nacional, mas apresenta uma grande desigualdade entre zonas rurais e urbanas. Esta desigualdade surge por grande densidade de pobreza de rendimento humano no IPI. Quando se fala de uma população de pobreza de rendimento humano, verifica-se que a percentagem da população pobre de rendimento humano é grande.

Conclusões

Do presente trabalho foram retiradas as seguintes conclusões:

Que a pobreza é um fenómeno multidimensional e multifacetada, o que requer a utilização de medidas de pobreza multiplas capaz de captar as diversas privações da pobreza e a suas respectivas interconexões.

Do ponto de vista da pobreza medida na perspectiva da privação de rendimento foram identificadas importantes diferenças entre diferentes regiões e grupos socioeconómicos. As regiões com menores despesa *per capita* são as têm maiores percentagens de populações pobres. A pobreza afecta mais os agregados familiares dirigidos por mulheres do que o seu congénere masculino. O tamanho médio dos agregados familiares evolui no sentido inverso ao nível do rendimento.

Aparentemente São Tomé e Príncipe está numa situação intermédia em comparação com outros de países africanos estudados, nos três indicadores de pobreza (*pobreza monetária, índice de pobreza humana, índice de pobreza multidimensional*). Mas a análise em termos desagregados mostra-nos que STP apresenta elevadas deficiências nalguns indicadores, por exemplo, nos indicadores que constituem padrão de vida do IPM.

Do ponto de vista da pobreza medida na perspectiva da privação da pobreza humana existem evidências de avanços assinaláveis a nível nacional, mas persistem ainda grandes disparidades entre zonas rurais e urbanas. Esta constatação suscita um grande desafio para as políticas de desenvolvimento humano em STP. Quando comparado com incidência da pobreza de rendimento, verificamos que a percentagem da população afectada pela pobreza humana é menor.

Anexos

Cálculo do Índice de Pobreza Humana em São Tomé e Príncipe, 2001, 2005 e 2008

Ano 2001

Nacional

$$P_1=10 \quad P_2=29,3 \quad P_3=(26,1+15,1)/2=20,6$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (10^3 + 29,3^3 + 20,6^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 22,6$$

Urbano

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (10^3 + 26,8^3 + 14,1^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 19,7$$

$$P_1=10 \quad P_2=26,8 \quad P_3=(13,1+15,1)/2=20,6$$

Rural

$$P_1=10 \quad P_2=32,3 \quad P_3=(41,2+15,1)/2=28,1$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (10^3 + 32,3^3 + 28,1^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 26,6$$

Ano 2005

Nacional

$$P_1=15,1 \quad P_2=15,6 \quad P_3=(11,3+9,5)/2 = 10,4$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (15,1^3 + 15,6^3 + 10,4^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 14$$

Urbano

$$P_1=15,1 \quad P_2=13,2 \quad P_3 = (7,5+7,5) / 2 = 7,5$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (15,1^3 + 13,2^3 + 7,5^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 12,7$$

Rural

$$P_1=15,1 \quad P_2=18,6 \quad P_3 = (15,7+11,4) / 2 = 13,5$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (15,1^3 + 18,6^3 + 13,5^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 16$$

Ano 2008

Nacional

$$P_1=13,9 \quad P_2=10,5 \quad P_3 = (6+8,5) / 2 = 7,25$$

$$IPH - 1 = \left[\frac{1}{3} (13,9^3 + 10,5^3 + 7,25^3) \right]^{\frac{1}{3}} = 11,2$$

Quadro1 – Componentes do Índice de Pobreza Humana (%), 2001 e 2005

	Privação de sobrevivência: Porcentagem de população que se espera que morra antes de 40 anos (%)			Privação de conhecimentos: Analfabetismo (maior 15 anos) (%)			Privação de condições de vida adequadas								
							Porcentagem de população sem acesso à água potável (%)			Crianças com peso deficiente, menores de 5 anos (%)			Composto da privação dum padrão de vida adequada (%)		
	2001	2005	2008	2001	2005	2008	2001	2005	2008	2001	2005	2008	2001	2005	2008
Nacional	10	15,1	13,9	29,3	15,6	10,5	26,1	11,3	6	15,1	9,5	8,5	20,6	10,4	7,25
Urbano	10	15,1	nd	26,8	13,2	nd	13,1	7,5	nd	15,1	7,5	nd	14,1	7,5	nd

POBREZA EM ÁFRICA SUBSARIANA: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Rural	10	15,1	nd	32,3	18,6	nd	41,2	15,7	nd	15,1	11,4	nd	28,1	13,5	nd
-------	----	------	----	------	------	----	------	------	----	------	------	----	------	------	----

Fontes: INE-STP, Inquérito Demográfico Sanitário, 2008-2009; PNUD em STP, RDH em STP, 2008; INE-STP, QUIBB- 2005; PNUD em STP, RDH em STP, 2002; PNUD em STP, Perfil da Pobreza, 2001; INE-STP, RGPB, 2001

nd – não disponível

Quadro 2 - Principais indicadores de pobreza

Países	IPH (%)	IPM (%)	Pop. abaixo de 1,25 dólares/dia		PIB <i>per capita</i>	Índice de Gini
PAV						
Camarões	31,8	29,9	2001	32,8	1.959	44,6
G. Equatorial	32,4	Nd	nd		28.536	
Gabão	20,4	16	2005	4,8	13.821	41,5
R. D. Congo	39,3	39,3	2005	59,2	267	44,4
PPAI						Nd
Cabo-Verde	15,8	nd	2001	20,6	2.588	50,5
Comores	31,3	40,8	2004	46,1	1.127	64,3
Ilhas Maurícias	11,4	nd	1992	10,6	9.975	Nd
STP	15,8	23,6	2001	28,4	1.416	
Outros PPI						
Fiji	21,2	Nd	Nd		4.282	Nd
Santa Lucia	6,5	Nd	1995	20,9	8.879	Nd
Maldivas	17	Nd	Nd		3.995	Nd
Jamaica	14,3	Nd	2004	<2	6.112	45,5
Vanuatu	24,6	Nd	Nd		3.225	Nd
Ilhas Salomão	22,4	Nd	Nd		2.031	Nd
Haiti	33,4	30,6	2001	54,9	1.068	59,2

Fontes: PNUD, RDH, 2007/2008 e 2010; BM, RDM, 2008

Quadro 3 - Principais indicadores de pobreza

Países de África Subsariana	IPH	IPM	H	A	PIB per capita (PPP USD 2005)	Índice de Gini
Angola	40,3	45,2	77,4	58,4	3.729	58,6
Benim	47,6	41,2	72	57,3	1.213	36,5
Botswana	31,4	Nd			12.089	60,5
Burkina Faso	55,8	53,6	82,6	64,9	1.026	39,5
Burundi	37,6	53	84,5	62,7	319	39,5
Camarões	31,8	29,9	54,6	54,7	1.959	44,6
Cabo-Verde	15,8	Nd			2.588	50,5
R.C. Africana	43,6	51,2	52,2	61,4	644	61,3
Chade	56,9	34,4	62,9	54,7	1.468	39,8
Comores	31,3	40,8	73,9	55,3	1.127	64,3
Congo	26,2	27	55,9	48,4	3.309	47,3
R.D. Congo	39,3	39,3	73,2	53,7	267	44,4
Costa de Marfim	40,3	32	52,2	61,4	1.614	44,6
Guiné Equatorial	32,4	Nd			28.536	Nd
Eritreia	36	Nd			526	Nd
Etiópia	54,9	58,2	90	64,7	7.628	30
Gabão	20,6	16,1	35,4	45,5	13.821	41,5
Gâmbia	40,9	32,4	60,4	53,6	1.078	50,2
Gana	32,3	14	30,1	46,4	1.160	40,8
Guiné	52,3	50,5	82,4	61,3	1.081	43,3
Guiné Bissau	44,8	Nd			458	35,5
Quênia	30,8	30,2	60,4	50	1.346	47,7
Lesoto	34,5	22	48,1	45,8	1.311	63,2

POBREZA EM ÁFRICA SUBSARIANA: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Libéria	Nd	48,4	83,9	57,7	313	52,6
Madagáscar	35,8	41,3	70,5	58,5	834	Nd
Malawi	36,7	38,4	72,3	53,2	648	39
Mauritânia	39,2	35,2	61,7	57,1	1.684	39
Mali	56,4	56,4	87,1	64,7	1.004	40,1
Ilhas Maurícias	11,4	Nd			9.975	Nd
Moçambique	50,6	48,1	79,8	60,3	677	47,3
Namíbia	26,5	18,7	39,6	47,2	4.599	74,3
Níger	54,7	64,2	92,7	69,3	584	50,5
Nigéria	37,3	36,8	63,5	57,9	1.731	43,7
Ruanda	36,5	44,3	81,4	54,4	772	46,8
STP	15,8	23,6	51,6	45,8	1.416	49
Senegal	42,9	38,4	66,9	57,4	1.547	41,3
Seicheles	Nd	Nd			16.106	Nd
Serra Leoa	51,7	48,9	81,5	60	5.85	42,5
África de Sul	23,5	1,4	3,1	46,7	8.478	57,8
Suazilândia	40,5	18,3	41,1	44,4	4.462	50,4
Tanzânia	32,5	36,7	65,3	56,3	1.049	34,6
Togo	38,1	28,4	54,3	52,4	758	34,4
Uganda	34,7	Nd			846	45,7
Zâmbia	41,8	32,5	63,7	51,1	1.183	50,8
Zimbabué	40,3	17,4	38,5	45,2	2.038	50,1

Fontes: PNUD, RDH, 2007/2008, 2009 e 2010; BM, RDM, 2008

Referências Bibliográficas

Agences du Systeme des Nations Unies a São Tome et Principe (2004); Objectifs du Millenaire pour le Developpment; Premier Rapport National, São Tomé, Avril, 2004

Alkire, Sabina e Santos, Maria (2010); Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries; OPHI, University of Oxford, Working Paper N° 38; July 2010; pp.5-28.

Alkire, Sabina e Foster James (2007); Counting and Multidimensional Poverty Measurement; Oxford Poverty & Human Development Initiative, WP.N° 7; pp. 77-89

Banco Mundial (2000), Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2000/2001, Luta contra a pobreza, Washington, D.C., EUA

Citro, F. Constance and Michael, T. Robert (1995); Measuring Poverty: A New Approach; Washington, DC; National Academy Press.

Chen, Shaohua and Ravallion, Martin (2008); The Developing World is Poorer than we thought, But No Less Successful in the Fight against Poverty; Development Research Group; Policy Research WP. N° 4703; World Bank, Washington, DC; August, 2008; pp.8-14

Deaton, Angus (2004); Purchasing Power Parity Exchange Rates from Household Survey Data: India and Indonesia; Research Program in Development Studies; Princeton University; pp 7

Deaton, Angus (2001); Counting the World's Poor: Problems and Possible Solutions; World Bank Economic Review, Volume 16; N° 2; pp 125

Foster James; Greer, Joel; Thorbecke, Erik (1984); A Class of Decomposable Poverty Measures; The Econometric Society; Vol. 52; No 3; pp 761-765

FNUAP (2002); A Situação da População Mundial 2002; população, pobreza e oportunidades, Nova Iorque

Gillie, Alan (1996); The Origin of the Poverty Line; Economic History Review; New Series, Vol. 49, N° 4; November. <http://www.jstor.org/stable/2597970>; pp715-720

Goedhart Theo, Victor Halberstadt; Arie Kapteyn; Bernard van Praag (1997); The Poverty Line: Concept and Measurement; Journal of Human Resources, Vol. 12 No 4; pp 504-506

Haughton, Jonathan e Khandker, R. Shahidur (2009); Poverty + Inequality; The World Bank, Washighton, DC; pp 9-70

Kakwani, Nanak (2010); A New Model for Constructing Poverty Lines, Philippine Institute for Development Studies; Discussion Paper Series N° 2010-06; pp 6-18

Kakwani, Nanak and Son, Hyun (2006); New Global Poverty Counts; United Nations Development Programme; International Poverty Centre; Working Paper n° 29; pp 20-32

Kakwani ,Nanak (2003); Issues in setting Absolute Poverty Lines; Asian Development Bank; Regional and Sustainable Development Department; Poverty and Social Development Papers N° 3

Instituto Nacional de Estatística (2010); Inquérito Demográfico Sanitário (2008-2009), STP, Julho 2010

Laderchi, Catarina Ruggeri (2000); The Monetary Approach to Poverty: A Survey of Concepts and Methods; WP. N° 58; Queen Elizabeth House (QEH); pp 3-9

Ministério de Plano e Finanças (2002); Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, São Tomé, Dezembro, 2000

PNUD (2010); Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano 2010; A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano; tradução IPAD-Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; New York, USA

PNUD (2008); Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe: A Problemática da Terra e o Desenvolvimento Humano Sustentável, São Tomé, 2008

PNUD (2007/2008); Human Development Report, 2007/2008; Fighting climate change: Human solidarity in a divide world; New York, USA

PNUD (2007); Measuring Human Development: Guidelines and Tools for Statistical Research, Analysis and Advocacy; Primer; New York; September, 2007.

PNUD em STP (2002); Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe, As Mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano, São Tomé, 2002

PNUD em STP (1998); Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe; São Tomé, 1998

PNUD (1997); Human Development Report: Human Development to Eradicate Poverty,

PNUD (1990); Human Development Report: Concept and Measurement of Human Development.

PNUD et OIT (2001); Profil de Pauvreté em Republique Démocratique de São Tome e Principe, São Tomé, Maio, 2001

Ravallion, Martin (2010); Poverty Line Across the World; the World Bank, Washington DC; Policy Research Working Paper Nº 5284; pp. 4-20

Ravallion, Martin e Chen, Shaohua; Prem; Sangraula (2008); Dollar a Day Revisited, World Bank Policy Research; Working Paper 4620

Ravallion Martin (2008); How Not to Count the Poor? A Reply to Reddy and Pogge; Forthcoming in Sudhir Anand Paul Segal and Joseph Stiglitz (eds), *Debates on the Measurement of Poverty*, Oxford Press University; pp. 1-8

Ravallion, Martin e Michael Lokshin (2003); On utility Consistency of Poverty Line; Development Research Group; World Bank, Washington DC, USA, Working Paper 3157; pp. 7-14

Ravallion, Martin (2001); Comment on "Counting the World's Poor", by Angus Deaton; The World Bank Research Observer, vol. 16, n° 2; pp. 149

Ravallion, Martin (1998); Poverty in Theory and Practice: Living Standards Measurement Study; Working Paper N° 133; World Bank; Washington, DC; pp. 3-20

Ravallion, Martin e Bidani, Benu (1993); How Robust is a Poverty Profile, Policy Research Department; Poverty and Human Resources Division; Working Paper N° 1223; World Bank; pp. 1-14

Ravallion, Martin; Datt, Gaurav; Dominique van de Wall, and Chen, Elaine (1991); Quantifying the Magnitude and Severity of Absolute Poverty in the Developing World in the Mid-1980's, The World Bank; Washington, DC; Working Paper N° 587; pp. 2-21

Sen, Amartya (2003); Desenvolvimento como Liberdade; tradução Roas, J. Coelho; edição Gradiva; Lisboa, 2003

Sen, Amartya (1999); Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações, edição Terramar, Lisboa, 1999

Sen. Amartya.; Anand. Sudhir (1997); Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective. New York, UNDP.

World Bank (2000); World Development Report 2000/2001, Attacking poverty, Oxford University Press, Washington, D.C., USA.

World Bank (1990), World Development Report 1990, Challenge of Development, Oxford University Press, Washington, D.C., USA

World Health Organization (WHO) (1985), *Energy and Protein Requirements*, WHO, Technical Report Series 724, Geneva, 2005